A SOJA E OS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A urgência da regeneração

Reconhecendo que os químicos foram importantes na “revolução verde”, especialistas apontam que modelo está esgotado

» RAPHAEL PATI
» CAETANO YAMAMOTO*

A transição do modelo produtivo da soja no Brasil esbarra em desafios estruturais e conjunturais para avançar em um ritmo mais rápido. No *CB Talks: A Soja e os Desafios da Transição da Agricultura Brasileira* — realizado pelo Correio em parceria com o Instituto Escolhas —, especialistas alertaram, no entanto, ser urgente convergir do atual modelo, baseado na utilização dos químicos, para práticas regenerativas.

A urgência, segundo Eduardo Martins, presidente do Grupo Associado de Agricultura Sustentável (Gaas), se explica, basicamente, por duas justificativas. A primeira é a necessidade de redução do custo de produção. Martins destacou que essa redução de custos é possível com a substituição parcial dos insumos químicos. “Não quer dizer renunciar aos insumos convencionais, não quer dizer negar o que a agricultura nos entregou até agora, mas significa sinalizar que a gente pode ter um nível alto de autonomia e independência”, frisou.

Para o produtor, outro ponto importante para a transição de modelo de produção está associado à mudança climática que, de maneira mais intensiva nos últimos anos, exige maior incidência no desempenho do agricultor. Ele destacou que, embora veja “um certo negacionismo” no setor, é visível o prejuízo que vem sendo observado, em decorrência do excesso ou da falta de chuva. “Nós precisamos de resiliência e a gente resolve resiliência cuidando do solo e a gente resolve resiliência fazendo com que as áreas produtivas também possam ter uma inserção adequada na paisagem rural”, completa.

Entretanto, de acordo com Martins, o Brasil tem a melhor condição de fazer a transição para o modelo regenerativo, porque o agricultor já adota muitas dessas práticas e o país não é tão dependente de subsídios, comparado aos outros lugares, como Estados Unidos e Europa. “Nossa possibilidade, do ponto de vista da competitividade, aumenta muito. Essa competitividade vai ser relevante em função das novas formas de relações econômicas que agora passam a valer”, disse Martins, fazendo referência ao estímulo às relações comerciais bilaterais adotado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Para ele, é necessário construir

No segundo painel do *CB Talks*, produtores e pesquisadores discutiram os caminhos para acelerar a transição do modelo produtivo da soja no país

Esse novo normal precisa de modelos produtivos, e eu incluo a cadeia de insumos que não apenas sejam sustentáveis, mas que garantam a rentabilidade e a resiliência do produtor”

Juliana Luiz, gerente de pesquisa do Instituto Escolhas

uma consciência, não só do agricultor, como do terceiro setor, sobre a importância estratégica para o Brasil, de fazer a transição.

“O produtor vai adotar (o modelo) a partir do momento em que ele perceber que aquilo, além de melhorar o desempenho dele do ponto de vista do ganho, melhora o desempenho do ponto de vista do sistema” afirmou o presidente.

Segundo Martins, essas mudanças farão com que o dinheiro da agricultura passe a circular na própria área de produção. “Quando a gente faz a conta do capital envolvido na cadeia da soja, que 60%, que é o dinheiro da cadeia da soja que

vai para multinacionais, vai passar a circular nas regiões de produção. Significa circular dinheiro, emprego, estrutura produtiva para atender à necessidade dos agricultores. Não há mudança mais importante de maior alcance. do ponto de vista social e econômico, uma mudança como essa”, destaca.

Para isso, segundo o empresário, é preciso que se aprofunde o conceito de “agricultura tropical regenerativa”.

Trade-off

A modalidade de plantio direto cresce no Brasil há mais de três

décadas e, ao mesmo tempo, o uso de herbicidas também avançou no mesmo período. Os dados são do Instituto Escolhas, que revelam um aumento proporcional desses dois fatores em trinta anos (1993-2023). Segundo a gerente de Pesquisa do IE, Juliana Luiz, ambos tiveram uma média de crescimento de 11% ao ano durante esse tempo.

“Essa prática, de fato, foi revolucionária pro avanço da soja no Brasil, porque o revolvimento de solos como os nossos, tropicais, latossolos, argissolos, traz muita desvantagem. Ele aumenta o risco de erosão, ele faz perder matéria orgânica. Então o não revolvimento é, de fato, uma prática indispensável”, considerou a pesquisadora.

Por outro lado, a gerente do estudo lembrou que essa técnica também gera consequências a longo prazo. Entre os problemas, ela destacou a dificuldade de ter que lidar com o crescimento das plantas daninhas. Segundo ela, há uma associação clara entre avanço do plantio direto e o uso de herbicidas, o que causa impactos diretos para o bolso do produtor e, sobretudo, à conservação do solo.

“O plantio direto, de modo isolado, enquanto prática isolada, tem o seu trade-off (conflito de escolha), ele gera suas externalidades negativas, que é o trade-off perverso de aumento da demanda de herbicidas e do que é prejudicial para a saúde do solo e também para o bolso do produtor, porque aumenta os custos”, sustenta.

Diante disso, a pesquisadora levantou um questionamento em relação ao futuro e à viabilidade da transição do modelo produtivo da soja no Brasil. Segundo ela, o agro deve ir além dos modelos já conhecidos para reduzir o uso de herbicidas sintéticos e citou a meta do Plano ABC+, do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), que prevê um aumento de 4,5 milhões de hectares do Sistema de Planejamento Direto (SPD) e de 8 milhões de hectares em Plantio Direto em grãos.

Ela citou que a agricultura vive hoje um “novo normal” marcado por “adversidades climáticas”, que desafiam o produtor. “Esse novo normal precisa de modelos produtivos, e eu incluo a cadeia de insumos que não apenas

sejam sustentáveis, mas que garantam a rentabilidade e a resiliência do produtor. Para isso dar certo, a gente precisa de compromisso nacional e compromisso público, privado, da sociedade civil, do setor produtivo. E só isso, com compromisso nacional, coletivamente, que é capaz de nos levar para além”, concluiu Luz.

Desenvolvimento

Para o Chefe-geral da Embrapa Cerrados, Sebastião Pedro da Silva Neto, a necessidade de uma transição para um modelo regenerativo na produção de soja passa pelo desenvolvimento de novas tecnologias, como os remineralizadores de solos.

Ele exemplificou com o calcário, que combate a acidez do solo e faz a correção do fósforo, com a moagem de rochas fosfáticas. O pesquisador acredita que isso pode acontecer com diversos minerais, aumentando a eficiência de fertilizantes.

Sebastião citou que o agricultor tem adotado esse novo modelo por ser mais sustentável, barato e com melhor qualidade. “Nós vivenciamos isso nos resultados das pesquisas que nós fazemos, não só na Embrapa, como nas universidades, nas organizações estaduais de pesquisa e dentro das propriedades rurais brasileiras, os agricultores estão fazendo seus testes também e estão adotando”, afirma.

Para atestar a qualidade do sistema, segundo ele, a Embrapa desenvolveu, nos últimos 20 anos, o indicador de bioanálise de solo. “Essa bioanálise indica, através de enzimas, como está a saúde do solo. Dependendo do resultado, estando ciclando ou estando com estoque de nutrientes, nós podemos reduzir significativamente os fertilizantes, podemos até eliminá-los com base num indicador que vai nos permitir reduzir fertilizante, reduzir impacto químico no solo sem perder produtividade”, afirma.

“Nós temos agora que estimular, os tomadores de decisão e aqueles que elaboram as políticas públicas para que nós possamos acelerar esse processo de adoção. Somente isso.” diz o Chefe-geral. Ele continua, ainda, destacando a Aprosoja, que defende essa mudança há mais de sete anos e foram a Embrapa solicitar o investimentos nessas pesquisas.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

Juliana: “O plantio direto da soja foi revolucionário”

Martins: “A gente resolve resiliência cuidando do solo”

Minaré: “Ninguém ganha usando a mesma tecnologia”

Sebastião: “Podemos reduzir os fertilizantes”

Bioinsumos podem furar o atual monopólio dos químicos

Nos últimos 30 anos, a indústria de defensivos químicos, ou agrotóxicos, concentrou um monopólio da produção e venda desses produtos para a produção de soja no Brasil, na avaliação do diretor-executivo da Associação Brasileira de Bioinsumos (Abbins), Reginaldo Minaré. Por outro lado, ele acredita que o mercado de bioinsumos desmontaria essa lógica, ao permitir ao agricultor produzir esses produtos orgânicos para uso próprio.

“Identificamos que o preço do

agrotóxico descolou do custo da produção do agrotóxico. Muitas vezes era cobrado quanto o agricultor podia pagar e a margem do agricultor começa a ser transmitida para outras partes”, disse o diretor-executivo, durante o evento. “Então, todo esse contexto, de fortalecimento da agricultura regenerativa, de uso de bioinsumos, nós precisamos focalizar não o agricultor, mas principalmente a grande indústria que está no Brasil”, acrescentou Minaré.

Para o diretor, ao invés de causar um impacto maior para o agricultor, a transição do modelo de produção de soja deve repercutir sobretudo na indústria química, que, segundo ele, terá que se reinventar para se manter competitiva. “E isso não pode ser mantido no mercado para determinadas indústrias a custo de canetada. Não é possível, por exemplo, imaginar que proibiria uma fotografia digital para deixar a ‘Kodak’ com o seu mercado de filmes. Não,

ela que precisou se reinventar”, exemplificou.

O diretor ainda destacou que a Abbins acredita no potencial da agricultura, que tem como foco a manutenção da capacidade produtiva do solo, como a agricultura convencional do amanhã. Na visão de Minaré, o principal foco é melhorar a saúde do solo. “A história das patentes do mundo nos ensina que ninguém ganha dinheiro com a mesma tecnologia pela vida toda. Então, precisa

mudar. Inclusive, a indústria de máquinas também, nós olhamos com muita atenção a indústria de máquinas. O maquinário que está hoje disponível é o maquinário ideal para essa agricultura regenerativa? Talvez precise mudar”, frisou.

Minaré ainda destacou o problema conjuntural que ele chamou de “dominância da dívida pública”, que, segundo ele, é quem rege a política monetária no país atualmente. “E o

agricultor sofre com isso, porque quando ele vai buscar qualquer produto financeiro, ele tem que pagar acima da Selic”. Atualmente, a Taxa Básica de Juros é de 15% — maior patamar nominal desde 2006. “Esse é um problema. E a questão do acesso ao seguro, a todos os instrumentos do mercado financeiro passa por essa lógica. Ou a gente reverte essa lógica ou, sem o governo colocar dinheiro, o seguro não vai acontecer”, completou. (RP)